



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Notícias da União Europeia

16 de maio a 9 de junho de 2017

Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Conselho (Assuntos Gerais) BREXIT - artigo 50º, 22/05/2017 – Principais destaques

- **Início de negociações** – O Conselho, reunido a 27, adotou uma decisão que autoriza o início das conversações com o Reino Unido, depois de este ter notificado a sua intenção de sair da UE. A Comissão foi nomeada negociador da UE. Consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.
- **Diretrizes de negociação** – Os ministros adotaram um primeiro conjunto de diretrizes de negociação que define a posição da UE para a primeira fase das negociações. O texto dá prioridade às questões que foram identificadas como necessárias para uma saída ordenada do Reino Unido, nomeadamente os direitos dos cidadãos, o acordo financeiro e a situação da Irlanda.
- **Grupo de trabalho** – Foi criado um **grupo específico**, com um Presidente permanente, que prestará assistência ao Conselho e ao Coreper (Comité de Representantes Permanentes) em todas as questões relacionadas com a saída do Reino Unido da UE. Esse grupo reunir-se-á sempre a 27.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

ECONOMIA

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 23/05/2017 – Principais destaques

- **Dupla tributação** - O Conselho chegou a acordo sobre um novo sistema para resolver litígios em matéria de dupla tributação entre Estados-Membros. A proposta visa melhorar os mecanismos utilizados na resolução de litígios decorrentes da interpretação de acordos sobre a eliminação da

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site <http://www.cip.org.pt>



dupla tributação. O projeto de diretiva exige que os mecanismos de resolução de litígios sejam obrigatórios e vinculativos, tenham prazos claros e prevejam a obrigação de alcançar resultados. Melhorará, desse modo, a segurança fiscal e o enquadramento em que as empresa operam.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Pacote da primavera do Semestre Europeu: Comissão emite recomendações específicas por país

A Comissão Europeia apresentou no dia 22 de maio as suas recomendações específicas por país de 2017, que definem, relativamente a cada Estado-Membro, orientações de política económica para os próximos 12 a 18 meses. A economia da UE e da área do euro tem-se mostrado resiliente, não obstante as dificuldades, nomeadamente o moroso crescimento da produtividade, o legado da crise – incluindo a persistência de desigualdades – e as incertezas resultantes, sobretudo, de fatores externos. Neste contexto, a Comissão convida os Estados-Membros a tirar partido desta oportunidade para reforçar os mecanismos fundamentais das suas economias através da aplicação das prioridades económicas e sociais definidas coletivamente a [nível europeu](#): promoção do investimento, continuação das reformas estruturais e políticas orçamentais responsáveis. Nesse contexto, é prestada particular atenção [aos desafios e prioridades identificados para a área do euro](#). No [caso de Portugal](#), foi realizada a revogação do procedimento relativo aos défices excessivos, sendo que o país se encontra ainda sujeito à vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento e à regra transitória em matéria de dívida. Em 2018, em virtude da situação orçamental, e nomeadamente, do nível da dívida, espera-se que Portugal venha a fazer um novo ajustamento para poder cumprir a meta orçamental de médio prazo de um excedente estrutural de 0,25% do PIB. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia. Estas recomendações foram também discutidas durante a [reunião do Eurogrupo](#) de 22 de maio.

A Comissão define as possíveis vias a seguir para o aprofundamento da União Económica e Monetária Europeia

Na sequência do [Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa](#), apresentado em 1 de março, a Comissão define as possíveis vias a seguir para o [aprofundamento da União Económica e Monetária Europeia](#). O documento de reflexão apresentado no dia 31 de maio tem por base o [Relatório dos Cinco Presidentes](#), de junho de 2015, e destina-se a fomentar o debate sobre a [União Económica e Monetária](#) e a contribuir para chegar a uma visão partilhada sobre a sua conceção futura. Tendo em devida conta os debates nos Estados-Membros e os pontos de vista das outras instituições da UE, o documento prevê medidas concretas que poderiam ser adotadas até às eleições europeias de 2019, bem como um conjunto de opções para os anos seguintes, a partir do momento em que esteja concluída a arquitetura da União Económica e Monetária. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia. A BusinessEurope, em [reação](#) ao documento de reflexão, declarou que a Europa deve aproveitar esta oportunidade para aprofundar a UEM e construir as bases para um crescimento económico mais forte e estável na UE.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



União dos Mercados de Capitais – avanços registados pelos acordos entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia em 30 de maio

- Acordo sobre um pacote que estabelece critérios para uma securitização simples, transparente e padronizada. Consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.
- Acordo sobre a revisão dos Regulamentos sobre os Fundos Europeus de Capital de Risco e do Empreendedorismo Social, melhorando o acesso ao financiamento de pequenas empresas em crescimento. Consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Concretização da União dos Mercados de Capitais com base nos progressos alcançados numa primeira etapa

Quase dois anos após o lançamento do Plano de Ação UMC (União dos Mercados de Capitais), a Comissão apresentou no dia 8 de junho uma série de novas iniciativas importantes destinadas a garantir que este programa de reformas continua a ser adequado aos fins a que se destina. A UMC é um pilar fundamental do Plano de Investimento para a Europa – o chamado «Plano Juncker» – da Comissão. Através de uma combinação de reformas regulamentares e não regulamentares, este projeto tem por objetivo estabelecer uma melhor ligação entre poupança e investimento. Visa reforçar o sistema financeiro europeu, criando fontes alternativas de financiamento e mais oportunidades para os consumidores e os investidores institucionais. Para as empresas, em particular as PME e as empresas em fase de arranque, a UMC é sinónimo de acesso a mais oportunidades de financiamento, como o capital de risco e o financiamento colaborativo (*crowdfunding*). O relançamento da UMC põe uma tónica forte no financiamento sustentável e ecológico. O setor financeiro está a começar a ajudar os investidores movidos por critérios de sustentabilidade na escolha de projetos e empresas adequados. A revisão intercalar da UMC estabelece um conjunto de nove novas ações prioritárias:

1. reforçar os poderes da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados para promover a eficácia de uma supervisão coerente em toda a UE e fora dela;
2. velar por um quadro regulamentar mais proporcionado para a cotação das PME nos mercados públicos;
3. rever o tratamento prudencial das empresas de investimento;
4. avaliar a pertinência de dispor de um quadro europeu de concessão de licenças e de passaportes para atividades no domínio da tecnologia financeira;
5. apresentar medidas de apoio aos mercados secundários no que diz respeito ao crédito malparado e explorar iniciativas legislativas destinadas a reforçar a capacidade dos credores garantidos para recuperar o valor de empréstimos garantidos concedidos a empresas e empresários;
6. garantir o seguimento das recomendações do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Finanças Sustentáveis;
7. facilitar a distribuição e a supervisão transfronteiras dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e dos fundos de investimento alternativos (FIA);

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



8. fornecer orientações sobre as regras da UE em vigor relativas ao tratamento dos investimentos transfronteiras e um quadro adequado para a resolução amigável de litígios em matéria de investimento;
9. propor uma estratégia global da UE para explorar medidas de apoio ao desenvolvimento dos mercados de capitais a nível local e regional.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

Bancos devem informar melhor as PME sobre acesso ao financiamento

No dia 6 de junho, cinco associações europeias de bancos lançaram uma iniciativa para melhorar a informação que os bancos transmitem às PME quando o pedido de empréstimo apresentado por estas é recusado. Numa cerimónia organizada pela Federação Europeia de Bancos e na presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, as associações assinaram uma [lista de princípios](#) para modernizar o processo e o conteúdo deste “feedback” dos bancos às PME. No contexto da União dos Mercados de Capitais, a Comissão Europeia tem trabalhado neste domínio por forma a melhorar a capacidade das PME para conseguirem, com sucesso, acederem a financiamento. A BusinessEurope assinou o texto dos princípios como um sinal de apoio a esta iniciativa para a qual contribuiu. Agora os princípios têm de ser transpostos para iniciativas nacionais. Consulte a [página](#) dedicada da Comissão Europeia e a [mensagem](#) do Diretor do Comité “PME e Empreendedorismo” da BusinessEurope, Daniel Cloquet.

Auxílios estatais: Comissão simplifica as regras aplicáveis aos investimentos públicos nos portos e aeroportos, na cultura e nas regiões ultraperiféricas

A Comissão Europeia aprovou em 17 de maio novas regras em matéria de auxílios estatais que isentam do controlo prévio da Comissão certas medidas de apoio público a portos, aeroportos, projetos culturais, bem como às regiões ultraperiféricas. O objetivo é facilitar o investimento público para a criação de emprego e crescimento e, ao mesmo tempo, manter a concorrência. Nos termos do «[Regulamento geral de isenção por categoria](#)» de 2014, os Estados-Membros podem aplicar uma vasta gama de medidas de auxílio estatal sem a aprovação prévia da Comissão, uma vez que são pouco suscetíveis de falsear a concorrência. Consequentemente, encontram-se atualmente isentas cerca de 95 % das medidas de auxílio estatal aplicadas pelos Estados-Membros (que representam, no total, uma despesa anual de cerca de 28 000 milhões de EUR). A Comissão alargou agora o âmbito de aplicação deste regulamento aos portos e aeroportos, na sequência de duas consultas públicas. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Orçamento da UE para 2018: Comissão propõe um orçamento centrado no emprego, nos investimentos, na migração e na segurança

A Comissão propôs, no dia 30 de maio, um projeto de orçamento para 2018 com autorizações no valor de 161 mil milhões de EUR para incentivar a criação de mais postos de trabalho, sobretudo para os jovens, e estimular o crescimento e os investimentos estratégicos. O orçamento proposto opera dentro dos limites fixados pelo Parlamento Europeu e pelos Estados-Membros no Quadro Financeiro Plurianual — embora

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



com base no pressuposto de que o Conselho adotará formalmente a revisão intercalar desse quadro, já acordada, logo após as eleições no Reino Unido, em 8 de junho. Destaca-se ainda a alocação de um montante adicional de 2 mil milhões de euros para alimentar o Fundo de Garantia do FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos). Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

ENERGIA E CLIMA

Comissão apresenta medidas para uma mobilidade limpa, competitiva e conectada

A Comissão Europeia apresentou medidas para modernizar a mobilidade e os transportes europeus. O objetivo é ajudar o setor a permanecer competitivo e socialmente justo durante o processo de transição para as energias limpas e a digitalização. «A Europa em Movimento» é um vasto conjunto de iniciativas que têm como objetivo tornar o trânsito mais seguro; promover uma tarifação rodoviária mais justa; reduzir as emissões de CO2, a poluição do ar e o congestionamento; reduzir a burocracia para as empresas; combater o trabalho não declarado e garantir as condições de trabalho e os tempos de descanso adequados. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia. O comunicado de imprensa da [BusinessEurope](#) comenta as principais propostas.

Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia – 8 e 9 de junho

Principais destaques:

- Orientações sobre uma maior [transparência dos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas](#)
- Orientações sobre a [formação e qualificações dos motoristas profissionais de camiões e autocarros](#)
- Conclusões sobre as [prioridades da política marítima da UE até 2020](#)
- Conclusões sobre a [segurança rodoviária](#)

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião do Conselho

MERCADO INTERNO

Conselho (Competitividade), 29-30/05/2017 – Principais destaques

- **Política Industrial da União Europeia** – O Conselho realizou um debate sobre a política industrial. Adotou também [conclusões](#) nas quais apela a que a Comissão apresente uma estratégia para a

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



política industrial da UE do futuro, a tempo da reunião do Conselho Europeu na primavera de 2018. A BusinessEurope emitiu um [comunicado](#) sobre este ponto, expressando louvor pela iniciativa dos Estados-Membros, e realçando a importância que a Comissão deve agora dar no seguimento desta temática.

- **“Pacote Serviços”:** prestação de serviços e mobilidade dos profissionais – O Conselho deu o seu acordo a orientações gerais sobre duas propostas do “pacote Serviços” com vista a tornar o mercado interno mais eficaz: um projeto de diretiva destinada a melhorar o procedimento de notificação no setor dos serviços, e um projeto de diretiva que visa a mobilidade transfronteiras dos profissionais na União Europeia.
- **Reforma da homologação e fiscalização do mercado dos veículos a motor** – O Conselho chegou a acordo sobre uma orientação geral para a reforma do sistema de homologação e fiscalização dos veículos a motor.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho Justiça e Assuntos Internos – 8 e 9 de junho

Principais destaques de decisões adotadas:

- Regras mais eficazes para [combater o branqueamento de capitais](#)
- Novas regras aplicáveis aos [contratos de fornecimento de conteúdos digitais](#)
- Novas regras sobre a [portabilidade dos serviços digitais na União Europeia](#)

Para mais informação, consulte a [página](#) da reunião do Conselho

Concentrações: Comissão Europeia alega que a Altice violou as regras da UE com a concretização antecipada da compra da PT Portugal

A Comissão Europeia enviou, em 18 de maio, uma Comunicação de Objeções, alegando que a Altice, empresa multinacional de telecomunicações (Países Baixos), violou o Regulamento das Concentrações da UE, ao concretizar a compra do operador de telecomunicações PT Portugal antes da notificação ou autorização por parte da Comissão. O [Regulamento das Concentrações da UE](#) impõe às empresas a obrigação de notificar operações antes de lhes dar execução («obrigação de notificação») e não proceder à sua concretização enquanto as mesmas não tiverem sido notificadas à Comissão e por esta autorizadas («obrigação de suspensão»). Se a Comissão vier a concluir que a Altice concretizou a operação antes da sua notificação ou antes da adoção da decisão de autorização, poderá impor uma multa até 10 % do volume de negócios mundial anual da Altice. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Pacote de [processos por infração](#) de maio – Principais decisões relacionadas com Portugal

- **Seguros** – A Comissão Europeia solicitou a alguns Estados-Membros, entre os quais **Portugal**, que procedessem à transposição integral da Diretiva Solvência II ([Diretiva 2009/138/CE](#)) e da Diretiva Omnibus II ([Diretiva 2014/51/UE](#)). Estas diretivas substituem as 14 diretivas sobre seguros e resseguros, anteriormente conhecidas como «[Solvência I](#)». Estas diretivas tornaram-se

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



plenamente aplicáveis em 1 de janeiro de 2016 e o prazo para a sua transposição para o direito nacional era 31 de março de 2015. No entanto, alguns Estados-Membros não notificaram à Comissão todas as medidas necessárias para a transposição integral dessas regras para o direito nacional. Os pedidos da Comissão assumem a forma de pareceres fundamentados e surgem na sequência de cartas de notificação enviadas aos Estados-Membros em maio de 2015. Apesar de os Estados-Membros terem respondido a estas cartas, a Comissão considera que a transposição das diretivas ainda não está concluída. Se os Estados-Membros em causa não atuarem nos próximos dois meses, a Comissão poderá instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da UE.

- **Aparelhos destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas** – A Comissão decidiu enviar pareceres fundamentados à Irlanda e a **Portugal**, instando-os a transpor as regras da UE relativas à harmonização da legislação relativa a aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas (ATEX, [Diretiva 2014/34/UE](#)). A chamada Diretiva ATEX define os requisitos essenciais de saúde e segurança e os procedimentos de avaliação da conformidade que devem ser cumpridos antes de esses produtos serem colocados no mercado interno da UE. Os Estados-Membros deviam ter transposto a Diretiva para o seu direito nacional até 19 de abril de 2016. A Irlanda e Portugal ainda não comunicaram à Comissão a transposição desta diretiva para o direito nacional. Os dois Estados-Membros dispõem agora de dois meses para notificar à Comissão a transposição integral da diretiva; caso contrário, a Comissão poderá decidir instaurar ações contra eles no Tribunal de Justiça da UE.
- **Transportes sustentáveis** – A Comissão pediu a alguns Estados-Membros, entre os quais **Portugal**, que transpusessem integralmente as regras da UE relativas à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos ([Diretiva 2014/94/UE](#)). O objetivo principal da diretiva é a criação de um quadro comum para a implantação em grande escala de infraestruturas de combustíveis alternativos na Europa. A Diretiva 2014/94/UE estabelece requisitos mínimos para a criação da infraestrutura de combustíveis alternativos, incluindo pontos de carregamento para veículos elétricos e pontos de abastecimento de gás natural e hidrogénio. Devia ter sido transposta até 18 de novembro de 2016, o mais tardar. No entanto, estes Estados-Membros ainda não notificaram a Comissão das medidas de transposição da diretiva para o direito nacional. Os oito Estados-Membros têm agora dois meses para notificar essas medidas à Comissão e, se não o fizerem, a Comissão poderá decidir instaurar ações no Tribunal de Justiça da UE.
- **Segurança marítima** – A Comissão solicitou a alguns Estados-Membros, entre os quais **Portugal**, que transpusessem as regras da UE relativas aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga ([Diretiva \(UE\) 2015/2087 da Comissão](#)). Esta diretiva alterou as regras da UE (Diretiva 2000/59/CE) que exigem que os navios notifiquem uma série de informações antes da entrada no porto, tais como os volumes e tipos de resíduos a entregar e a

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



capacidade de armazenamento a bordo. Acrescentou também a obrigação de notificar informações sobre o que foi efetivamente entregue em meios portuários de receção no último porto de escala. A Diretiva devia ter sido transposta para o direito nacional até 9 de dezembro de 2016, mas, até à data, a Áustria, Chipre, Portugal e Roménia não o fizeram. Foi concedido aos 4 Estados-Membros um prazo de dois meses para corrigir a situação; caso contrário, a Comissão poderá decidir instaurar ações contra esses Estados-Membros no Tribunal de Justiça da UE.

Mercado Único Digital: negociadores da UE chegam a acordo sobre a iniciativa WiFi4EU

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão chegaram, no dia 29 de maio, a um acordo político sobre a iniciativa WiFi4EU, e o seu financiamento, que apoia a instalação de pontos de acesso Wi-Fi públicos gratuitos em comunidades locais em toda a UE: praças públicas, largos, hospitais, parques e outros espaços públicos. Como declarado pelo [Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker](#), a iniciativa [WiFi4EU](#) contribuirá para que «até 2020, os principais centros de vida pública de todas as povoações e cidades da UE sejam dotadas de acesso gratuito à Internet sem fios.» O acordo político inclui um compromisso assumido pelas três instituições para assegurar a atribuição de um montante global de 120 milhões de EUR ao financiamento de equipamentos para serviços públicos Wi-Fi gratuitos em 6 000 a 8 000 municípios em todos os Estados-Membros. As fontes específicas de financiamento serão decididas nos debates legislativos em curso sobre a revisão do atual programa do Quadro Financeiro Plurianual. As autoridades locais poderão candidatar-se a financiamento quando o sistema for criado. Na prática, as autoridades públicas locais que pretendam oferecer Wi-Fi em áreas em que a oferta pública ou privada similar ainda não exista estarão em condições de se candidatarem a financiamento. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Comissão define estratégia para uma educação de elevada qualidade, inclusiva e orientada para o futuro

A Comissão adotou em 30 de maio [novas iniciativas](#) no domínio do ensino escolar e do ensino superior, incluindo uma proposta sobre o acompanhamento dos titulares de diplomas do ensino superior para ajudar os Estados-Membros a recolher informações sobre o que fazem estas pessoas após os estudos. O objetivo geral destas iniciativas consiste em ajudar os Estados-Membros a oferecer a todos os jovens uma educação de elevada qualidade e inclusiva, através de várias ações concretas, para que adquiram os conhecimentos e competências necessários à plena participação na sociedade, possam responder às novas oportunidades e aos novos desafios trazidos por exemplo pela globalização e a evolução tecnológica, e possam adaptar a formação às necessidades do mercado de trabalho. Consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Comissão lança debate para avançar rumo a uma união de segurança e defesa

Na sequência do Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa, o [documento de reflexão](#) lançado no dia 7 de junho descreve diferentes cenários sobre a forma de lidar com as crescentes ameaças para a segurança e a defesa que impendem sobre a Europa e de reforçar as capacidades de defesa da Europa até

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



2025. O debate irá dar um contributo importante para o reforço da proteção e da segurança dos cidadãos europeus, que tem estado no topo das [prioridades da Comissão Juncker](#). O documento de reflexão é acompanhado de propostas concretas apresentadas hoje com vista ao lançamento de um [Fundo Europeu de Defesa](#), que apoiará uma maior eficiência da despesa dos Estados-Membros com as capacidades de defesa conjuntas. Este Fundo irá coordenar, complementar e ampliar os investimentos nacionais na investigação em matéria de defesa, no desenvolvimento de protótipos e na aquisição de equipamentos e tecnologia de defesa. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Estratégia Europeia de Aviação: Uma Europa interconectada

A Comissão Europeia apresentou, no dia 8 de junho, a sua Estratégia Europeia de Aviação, através da adoção de várias medidas para continuar a apoiar mercados de aviação livres e conectados, na União Europeia e para lá dela. Estas iniciativas têm como objetivo salvaguardar a competitividade na aviação, incentivar investimentos em linhas aéreas Europeias e aumentar a eficiência e interligação nos céus europeus. Esta proposta procura também dar seguimento a duas das principais prioridades expressas no documento adotado pela Comissão em 2015, [Estratégia de Aviação para a Europa](#): a manutenção da liderança na aviação internacional e lidar com limites ao crescimento nos céus Europeus. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conselho (Negócios Estrangeiros), 15/05/2017 – Principais destaques

- **África** – Os ministros dos Negócios Estrangeiros debateram a situação no Corno de África, uma região que enfrenta uma desestabilização, em especial na Somália e no Sudão do Sul. O debate incidiu sobre os desafios políticos e de segurança, incluindo as repercussões da situação em toda a região. Os ministros sublinharam a importância estratégica do envolvimento da UE através de uma forte presença política e de um contributo continuado para a paz e a segurança, nomeadamente através das missões e da operação da PCSD já existentes. Os ministros saudaram a comunicação conjunta da Alta Representante e da Comissão, relativa a uma nova dinâmica da Parceria África-UE. Os resultados do debate serão tidos em conta na preparação da Cimeira UE-África de novembro, que se debruçará sobre questões relacionadas com a juventude. Neste contexto, os ministros destacaram a importância da criação de emprego, assegurando, nomeadamente, um clima favorável ao comércio e ao investimento privado, bem como a importância de promover a inclusão social e política da juventude em África.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Negócios Estrangeiros), 19/05/2017 – Principais destaques

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



- **Consenso Europeu para o Desenvolvimento** – O Conselho adotou o novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento, através de uma declaração conjunta do Parlamento, Conselho e Comissão, que procura definir um novo molde de cooperação para o desenvolvimento a cumprir pela UE e pelos seus Estados-Membros. Este Consenso irá ser assinado formalmente no dia 7 de junho (ver notícia). Consulte o [comunicado de imprensa](#) do Conselho onde acederá ao texto adotado.
- **Relações UE-ACP pós-2020** – Os ministros debateram sobre as futuras relações entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), à luz da cessação do Acordo de Cotonou em 2020. Esta discussão teve por base a [comunicação conjunta](#) da Comissão e da Alta Representante de 22 de novembro de 2016, focando-se nas opções propostas em três aspetos principais: a estrutura da relação futura, a natureza de um possível acordo e a sua cobertura geográfica.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

19ª Cimeira UE-China, 01-02/06/2017 – Principais destaques

Os líderes discutiram as relações económicas e políticas entre a UE e a China, tendo reafirmado a cooperação entre ambos os territórios para abordar as alterações climáticas e manter o compromisso de apoiar o Acordo de Paris. O diálogo promovido por este encontro permitiu o acordo sobre uma lista de [100 indicações geográficas europeias](#) que serão consideradas nas negociações do acordo bilateral a ser concluído ainda em 2017. Foi ainda assinado um [Memorando de Entendimento](#) tendo em vista o início do diálogo no que diz respeito aos auxílios estatais na China. À margem deste evento, decorreu também uma [Cimeira Empresarial](#) organizada, do lado europeu, pela BusinessEurope. Consulte ainda a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia sobre as relações UE-China.

Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento – UE e Estados-Membros assinam estratégia conjunta

A União Europeia e os seus Estados-Membros assinaram, no dia 7 de junho, um plano estratégico que traça as grandes linhas do futuro da política europeia de desenvolvimento. O Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento (que substitui o Consenso adotado em 2006) representa uma nova visão coletiva e um novo plano de ação para erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável e constitui um quadro comum global para a cooperação europeia para o desenvolvimento. Pela primeira vez, é aplicável na íntegra a todas as instituições da União Europeia e a todos os Estados-Membros, que se comprometem a trabalhar em mais estreita colaboração. O novo Consenso reafirma energicamente que a erradicação da pobreza permanece o objetivo primordial da política de desenvolvimento europeia, integrando plenamente as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Desta forma, alinha a ação europeia no domínio do desenvolvimento com a [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#). Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

Informação bibliográfica

- [Relatório](#) da Comissão Europeia sobre a execução da revisão da Política Europeia de Vizinhança

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>

